



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 081/2019

“Concede Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., À SENHORA CRISTINA ABADIA OLIVEIRA PANTANO”.

O Povo de Araporã-MG., por seus representantes aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

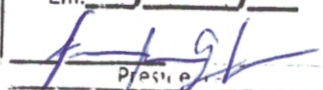
Art.1º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., *À CRISTINA ABADIA OLIVEIRA PANTANO*..

Art. 2º - A entrega do Título será feita em Sessão Solene da Câmara Municipal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua promulgação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Araporã, em 06 de Agosto de 2019.

MANOEL GONÇALVES DA SILVA
Vereador/Autor

Câmara Municipal de Araporã
<input checked="" type="checkbox"/> aprovado em _____ discussão
Em: _____
 Presidente



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.

PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 081/2019

*“Concede Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., A
SENHORA CRISTINA ABADIA OLIVEIRA
PANTANO”*

Autoria: Poder Legislativo

Relator: Manoel Gonçalves da Silva

I – RELATORIO

O Projeto de Lei em epigrafe, de autoria do Poder Legislativo Municipal estabelece em seu artigo 1º: Conceder o Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., a Senhora **CRISTINA ABADIA OLIVEIRA PANTANO**.

II – VOTO DO RELATOR

Ao analisar o Projeto, em pauta, verificamos que a matéria está em consonância com as regras que regem a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e adequada às normas de técnica legislativa, sendo assim sou favorável a tramitação do Projeto em seu inteiro teor.

RELATOR: Manoel Gonçalves da Silva

DE ACORDO COM O RELATOR:
PRESIDENTE: Wilson Roberto Ribeiro

DE ACORDO COM O RELATOR:
MEMBRO: Reuler Cardoso Pereira

Sala das Comissões em 22 de Agosto de 2019.



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 081/2019

*“Concede Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG.,
A SENHORA CRISTINA ABADIA OLIVEIRA
PANTANO”*

Autoria: Poder Legislativo

Relator: Mário José de Almeida Gomes

I – RELATORIO

O Projeto de Lei em epigrafe, de autoria do Poder Legislativo Municipal estabelece em seu artigo 1º: Conceder o Título de Cidadã Honorária de Araporã-MG., a Senhora **CRISTINA ABADIA OLIVEIRA PANTANO**.

II – VOTO DO RELATOR

Ao analisar o Projeto, verificamos a importância do mesmo, sendo assim sou favorável ao Projeto em seu inteiro teor

RELATOR: Mário José de Almeida Gomes

DE ACORDO COM O RELATOR:
PRESIDENTE: Reuler Cardoso Pereira

DE ACORDO COM O RELATOR:
MEMBRO: Sebastião Claudenisio da Silva

Sala das Comissões em 22 de Agosto de 2019.



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



Parecer Jurídico nº. 021/2019

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº081/19

Autoria: Vereador Manoel Gonçalves Da Silva

“Concede Título de Cidadã Honorária de Araporã - MG a Sra. Cristina Abadia Oliveira Pântano

1 – RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº. 081, de 06 de agosto de 2019, de autoria parlamentar, que objetiva conceder título de cidadã Honorária de Araporã a Sra. Cristina Abadia Oliveira Pântano.

É o relatório.

Passo a análise jurídica

2 – ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República.

A iniciativa é privativa do Poder Legislativo Municipal, na qual, qualquer vereador ou comissão poderá propor a honraria desde que tenha o apoio de 2/3 da Câmara Municipal, conforme dispõe o artigo 34, inciso XV da Lei Orgânica Municipal.



Estado de Minas Gerais

Câmara Municipal de Araporã



Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, a Procuradoria Jurídica **OPINA** s.m.j., pela regularidade formal do Projeto de Decreto Legislativo em comento.

Assim, encontra-se apto para tramitação nesta Casa de Leis.

2.2. Da Espécie Normativa

A espécie normativa esta adequada, tendo em vista, que o artigo 115 do Regimento Interno, disciplina que o **DECRETO LEGISLATIVO** destina-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, como as arroladas no art. 46, V, "e" que refere-se a concessão de título de cidadania honorária.

Já o art. 41 da Lei Orgânica estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de Decretos Legislativos

2.3. Dos Requisitos

A Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa de Leis não apresentam requisitos ou critérios para concessão de título de cidadão honorário no âmbito do Município de Araporã.

O Regimento Interno apresenta de forma sucinta que será de competência das Comissões de Justiça Legislação e Redação e de Educação, Esporte, Saúde e As. Social, a análise do mérito para verificar se o homenageado prestou relevantes serviços ao Município.

Desta forma, não há qualquer impedimento legal na propositura ora analisada, cabendo aos vereadores à análise do mérito, verificando se o homenageado merece receber ou não tal honraria desta Casa de Leis.

2.4. Da Tramitação e Votação

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Educação, Esporte, Saúde e As. Social.



Estado de Minas Gerais
Câmara Municipal de Araporã



Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a proposição deverá ser apreciada em turno único de discussão e votação.

O quórum para aprovação será por maioria qualificada (2/3), em turno único de discussão e votação, em conformidade com o artigo 34, inciso XV da Lei Orgânica Municipal e art. 176 inciso v do regimento interno.

O processo de votação se dará por votação simbólica, conforme determina o artigo 195, §1º do Regimento Interno.


Ressalta-se a obrigatoriedade do Presidente da Mesa Diretora votar em projetos com quórum de maioria qualificada, nos termos do Regimento Interno.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica **OPINA** pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação do projeto de decreto legislativo ora examinado.

S.M.J, esse é o meu parecer

Araporã, 23 de agosto de 2019


DR. VLADIMIR ALVES DE REZENDE MOURA
Assessor Jurídico
OAB/MG 69.514

Araporã 02 de agosto de 2019

Eu Cristina Abadia Oliveira Pantano, nascida aos 24 de maio de 1973 em Ituiutaba Minas Gerais residente a Rua Benedito Duarte nº 33 Centro. Filha de Belmiro Rosa de Oliveira e Divina Vilela de Oliveira. Divorciada. Dois filhos Jonathan Carlos 27 anos e Alissa Vitoria 15 anos. Formação acadêmica magistério, graduada em normal superior e pos graduada em Psicopedagogia. Residente em Araporã desde 1979. Votei na emancipação do município em 1992. Funcionaria Publica (Monitor) empossada quatorze de janeiro de 1998. E assim comecei a trajetória de prestação de serviço para a sociedade araporense no Cemei Antonio Rabelo, biblioteca municipal, Cras, Cemei Erotildes, Secretária de Educação e atualmente na recepção da Prefeitura Municipal de Araporã. Enfim tudo no tempo Deus! Viver um dia de cada vez.

Desde já obrigada Manoel pela atenção!

e